



Não perca nesta edição:

Editorial - 1

Atualidades:

Portugal mais velho - 2

A Saber:

Projeto Plataforma #SomosIPSS - 3

Barómetro:

Cirurgias e consultas que deixaram de se realizar durante a pandemia - 4

Destaques Legislativos

Candidaturas ao projeto Bairros Saudáveis- 5

Agenda:

Webinar: Orçamento de Estado para 2021- 6

A nossa Rede:

180 anos Associação Mutualista Montepio - 7



Editorial

Consulta Pública - Pilar Europeu Dos Direitos Sociais

A APM-RedeMut – Associação Portuguesa de Mutualidades defendeu, em sede de consulta pública, promovida pela Comissão Europeia, as seguintes medidas para a concretização do Pilar Europeu dos Direitos Sociais:

- Um plano de ação estratégico, nacional e europeu, para Economia Social, devidamente articulado com a Estratégia de recuperação económica e social para 2030;
- Um quadro jurídico competitivo para a Economia Social assente na discriminação positiva, que promova a autossustentabilidade, reforce o trabalho em rede e as parceiras colaborativas, melhore a imagem pública das instituições e a divulgação dos seus serviços e se adequem aos desafios transfronteiriços.

- O envolvimento de todos os parceiros na estratégia necessária para criar um sistema de saúde mais resiliente e capaz de responder à crise sanitária que vivemos, garantindo o acesso a cuidados de saúde de qualidade, e em tempo, a todas as pessoas;
- O portal da saúde disponibiliza informação sobre todo o sistema de saúde e não apenas sobre o SNS, divulgando as respostas que o setor social dá nesta área;
- A articulação da estratégia de saúde pública, no que respeita à literacia em saúde, com a ação das instituições da Economia Social;
- Respostas domiciliárias para a saúde mental;
- Incentivos ao desenvolvimento do sistema complementar de segurança social e um quadro regulatório que permita a gestão dos regimes profissionais complementares.

Dia Nacional do Mutualismo

A comemoração do Dia Nacional do mutualismo, uma data histórica, que se assinala a 25 de outubro, e que este ano por força da pandemia que vivemos foi comemorado sem o convívio e espírito de confraternização que costuma imperar a estas comemorações.

Este ano, com o propósito de sinalizar a existência da APM-RedeMut enquanto entidade agregadora da ação conjunta do movimento mutualista português, mas sobretudo, de enaltecer o trabalho que as Associações Mutualistas realizam diariamente junto dos associados garantindo-lhes uma proteção social mais justa e solidária, realizámos um vídeo - <http://apmredemut.pt/>, amplamente divulgado nos canais digitais.

Realizámos, também, uma edição digital do anuário 2020 das nossas Associadas.

Trata-se de um instrumento que pretende aprofundar o conhecimento do Mutualismo e das Associações Mutualistas, dando a conhecer às pessoas onde se encontram localizadas, os benefícios que oferecem, as atividades que desenvolvem e o impacto social que geram.

Para sinalizar o espírito de cooperação e partilha da APM-RedeMut, promovemos um selo específico, constituído por logótipo e frase “**Unidos por Todos**”, para ser utilizado por todas Associadas

Portugal Mais Velho

O Estudo Portugal Mais Velho da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) e da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) identifica lacunas na legislação e nas políticas públicas em relação ao envelhecimento da população e à violência contra pessoas idosas, apresenta boas práticas e lista recomendações.

Um dos maiores sinais de prosperidade é, atualmente, o aumento da esperança média de vida. No entanto, as perspetivas sobre o envelhecimento não são as melhores: as pessoas idosas, mesmo que ativas, são globalmente encaradas como pessoas frágeis, doentes e dependentes, o que promove fenómenos de desrespeito pelos seus direitos, exclusão, marginalização e, não raras vezes, situações de crime e violência.

A OMS estima, de facto, que uma em cada seis pessoas com 60 ou mais anos seja vítima de violência. É neste contexto que a Fundação Calouste Gulbenkian e a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) se propuseram fazer o que o Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida chamou de “reflexão ética e humanista, que identifique os desafios e indique os princípios éticos orientadores da atuação do Estado, das comunidades intermédias locais, das famílias e dos prestadores de cuidados”.

Foi assim desenvolvido, entre janeiro de 2019 e junho de 2020, um projeto que resulta agora no relatório Portugal Mais Velho, que procurou identificar as lacunas das políticas e da legislação em relação ao envelhecimento da população e a violência contra pessoas idosas, apresentar boas práticas e ainda listar recomendações para melhorar esta situação.

Estratégia contra a pobreza

No Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza, assinalado no passado dia 17 de Outubro, o Governo constituiu uma comissão de coordenação, para a elaboração da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza, através da qual se pretende mitigar as desigualdades e garantir condições de vida dignas para todos os cidadãos.

Apesar de nos últimos anos ter sido possível uma melhoria generalizada dos rendimentos, a pandemia de covid-19 veio degradar os indicadores de desemprego e agravar a situação de alguns portugueses, sendo assim necessário continuar a apostar na recuperação do emprego, na melhoria das condições de trabalho, bem como, refletir sobre o nosso sistema de mínimos sociais.

Isto passa pelo reforço dos apoios estatais aos grupos mais desfavorecidos, garantindo a universalidade da sua cobertura, explicou o Governo.

Para o Ministério do Trabalho, é fundamental que esta estratégia seja elaborada com o envolvimento da sociedade civil e num processo de ampla participação e debate.

A comissão em causa é constituída por figuras com trabalho reconhecido nesta área, nomeadamente, Edmundo Martinho (coordenador), Amélia Bastos, Carlos Farinha Rodrigues, Fernanda Rodrigues, Rui Marques, Rute Guerra e Ana Rita Gonçalves.

O despacho refere, ainda, que será promovida audição a diversas Entidades da Economia Social. **A Associação Portuguesa de Mutualidades lamenta não estar entre as entidades que serão ouvidas, mas não deixará de tomar posição sobre tão relevante instrumento de política pública**, considerando o contributo das suas associadas na promoção da coesão social e na luta contra a pobreza.



Entre as 30 recomendações apresentadas, destacam-se o apelo à integração da opinião, vivência e experiências das pessoas idosas na discussão das políticas públicas, a revisão do Direito Sucessório, a promoção da intergeracionalidade, a formação adequada aos dirigentes de equipamentos para pessoas idosas ou a melhoria dos procedimentos de fiscalização das instituições que acolhem pessoas idosas.

Consulte o documento aqui: <https://bit.ly/2TnfsZa>



Nota de Pesar António Santos Reis



É com profunda tristeza e sentimento de perda que o Conselho de Administração da APM-RedeMut – Associação Portuguesa de Mutualidades transmite condolências à Beneficência Familiar – Associação de Socorros Mútuos, e à família, pelo falecimento do Sr. António Santos Reis.

Um humanista excecional, convicto que a entre ajuda é o sistema que melhor responde às necessidades de proteção social das pessoas.

Mutualista inigualável, empenhado na defesa da causa mutualista. O mutualismo beneficiou do seu espírito combativo e da sua perseverança, que a história saberá contar. Votos de profundo pesar!

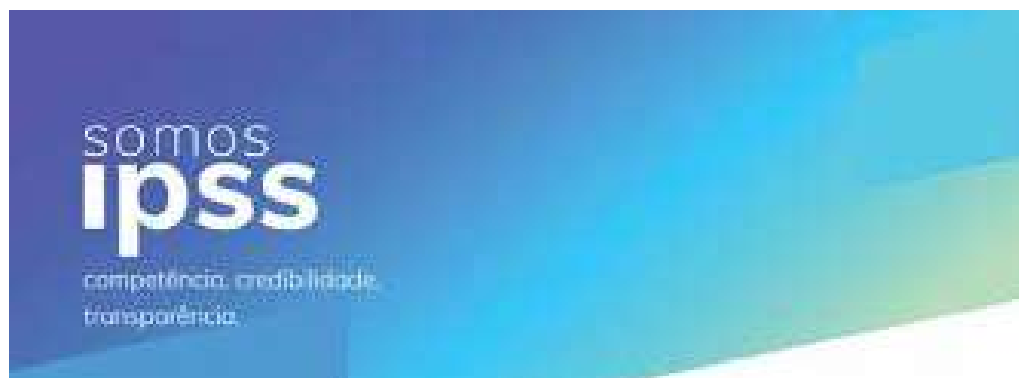
O Conselho de Administração APM-RedeMut

Aprovadas 3 das 6 Candidaturas ao Programa Adaptar Social +

A APM-RedeMut - Associação Portuguesa de Mutualidades já tem aprovadas três, das seis, candidaturas que efetuou ao programa Adaptar Social + ao abrigo do despacho nº7971/2020. Os equipamentos sociais das Associadas, localizados nos distritos do Porto, Coimbra e Setúbal vão poder beneficiar de ações de forma especialmente dirigidas à prevenção da Covid-19 em respostas sociais, gestão do stress profissional e reforço das relações interpessoais.

A saber

Projeto Plataforma #SomosIPSS



As IPSS enfrentam pressões para uma maior responsabilização (social e de gestão) para com os seus financiadores, os seus utentes e os cidadãos e, também, uma necessidade crescente de divulgação, designadamente, do impacto social e do impacto económico que têm na comunidade, bem como das boas práticas de gestão.

O projeto TFA - Theoframeworkaccountability visa auxiliar as IPSS nessa tarefa ao criar a plataforma somosipss.

A plataforma #somosipss (<https://somosipss.pt>), é uma plataforma digital que, por um lado, suporta a criação dos websites pelas IPSS e, por outro lado, suporta a resposta a um inquérito dirigido às IPSS e o cálculo dos indicadores que refletem o seu desempenho.

A adesão à plataforma traz uma série de benefícios às IPSS, sendo de destacar os seguintes:

- a possibilidade de criação de um website onde podem;
- o auxílio na gestão da instituição, permitindo à entidade refletir sobre a sua situação atual, os objetivos futuros e as formas de atuar para alcançar esses objetivos;
- a possibilidade de comparabilidade do seu desempenho com o dos seus pares.

Novo Programa Jovem + Digital



O Programa Jovem + Digital integra os apoios à formação profissional de jovens adultos previstos no âmbito do Programa de Estabilização Económica e Social, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2020, de 6 de junho, tendo como objetivo estratégico o reforço da qualidade, da eficácia e a agilidade da formação e da qualificação profissionais, com vista à aquisição de competências específicas na área digital, pelos jovens adultos.

São ainda objetivos específicos da presente medida:

- Reforçar a adequação da formação profissional às necessidades reais do mercado de trabalho;
- Contribuir para o reforço de competências profissionais de jovens adultos com vista a melhorar a sua empregabilidade.

Quem pode participar? São destinatários deste Programa os jovens adultos, com idade igual ou superior a 18 anos e menor ou igual a 35 anos, inscritos no Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P. (IEFP, I. P.), como desempregados, com habilitação de nível secundário ou superior.

Podem ainda participar no Programa os jovens adultos, com idade igual ou superior a 18 anos e menor ou igual a 35 anos, inscritos no IEFP, I. P., como desempregados, que: não tenham concluído o ano terminal do ciclo formativo de nível secundário; ou estejam a realizar processos de reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC) de nível secundário.

Saiba mais consultando aqui a portaria: <https://bit.ly/34tqXo6>

Cirurgias caíram 33% e consultas nos hospitais 17% durante a pandemia

A pandemia teve um enorme impacto na atividade do Serviço Nacional de Saúde (SNS). De acordo com dados solicitados pelo Negócios ao Ministério da Saúde, complementados com informação do Portal da Transparência, entre março e agosto houve uma quebra acumulada de 33% no número de cirurgias realizadas e de 17% das consultas em ambiente hospitalar. Em todos os meses, mesmo quando a pandemia parecia mais controlada, houve um recuo na atividade hospitalar.

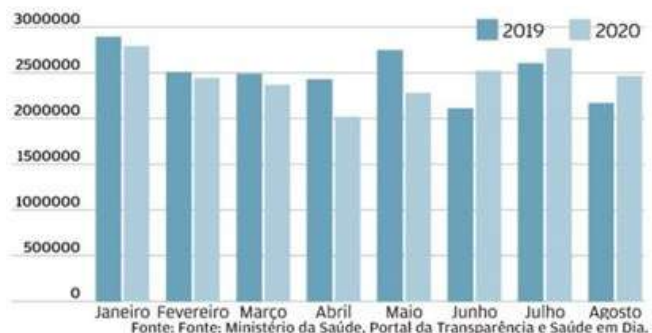
Se olharmos para os primeiros oito meses do ano, a quebra homóloga é de 22,2% em vez dos 33% no período entre março e agosto. Abril foi o mês mais complicado, com uma diminuição de 73%. Desde então houve uma lenta, mas contínua recuperação. Em maio, a queda ainda era significativa, de 51%, mas a partir de junho já só era de 16%. Em julho, registou-se um recuo de 8,6% e em agosto de 4,7% (dados mensais e não acumulados).

No que diz respeito às consultas em ambiente hospitalar, as quebras são menores, mas também expressivas. Comparando os meses da pandemia com igual período do ano passado, houve uma descida de 17%, que passa para 13% se abarcarmos os dois primeiros meses do ano.

CONSULTAS RECUPERAM À DISTÂNCIA

Número de consultas realizadas em cada mês de 2019 e 2020

Nos cuidados de saúde primários (sobretudo centros de saúde), a recuperação é maior graças às consultas não presenciais, que permitiram até ultrapassar o ritmo de 2019 desde junho.



Inquérito confirma menos assistência

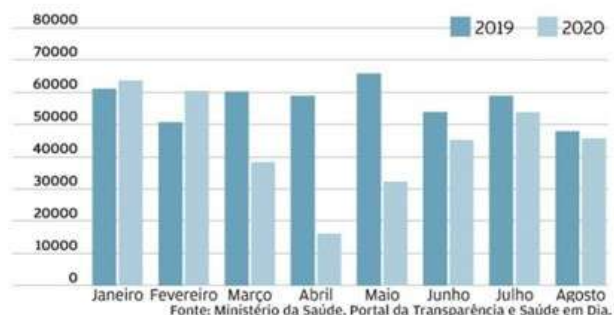
Mais de metade dos portugueses (57%) considera que a pandemia dificultou o seu acesso aos cuidados de saúde, sendo a população mais idosa (69%) e os doentes crónicos (70%) quem mais manifesta esta dificuldade. Os dados são de um estudo realizado pela GFK Metris, apresentado na Ordem dos Médicos, que refere que esta situação resulta de “uma experiência efetiva”: 692 mil portugueses não realizaram as consultas médicas que estavam marcadas.

“A quase totalidade das consultas não realizadas foram canceladas pelas unidades de saúde”, refere o estudo promovido pelo “Movimento Saúde em Dia - Não Mascare a Sua Saúde”, uma iniciativa da Associação Portuguesa dos Administradores Hospitalares (APAH) e da Ordem dos Médicos (OM). O estudo, noticiado pela Lusa, baseou-se em questionários presenciais, entre 28 de agosto e 7 de setembro, com uma amostra representativa da população portuguesa, constituída por mais de 1.000 pessoas maiores de 18 anos residentes em Portugal continental.

CIRURGIAS SEMPRE ABAIXO DE 2019

Número de cirurgias realizadas em cada mês de 2019 e 2020

Como se vê, o pior mês foi abril, quando o número de cirurgias caiu para menos de metade do que ocorrera no mês homólogo de 2019. O ritmo tem crescido, mas sempre abaixo do ano passado.



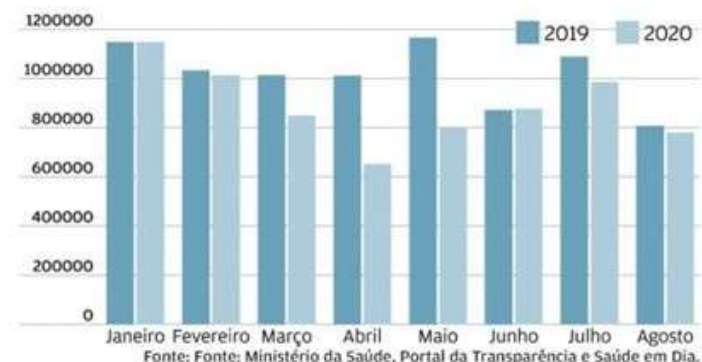
Também aqui, há uma recuperação da atividade hospitalar. Uma vez mais, abril foi o pior mês seguido de maio, mas apesar da ligeira subida homóloga (+0,6%) em junho face ao mesmo mês do ano anterior, as consultas nos hospitais voltaram a recuar em julho e agosto, 9% e 3%, respetivamente.

O atendimento não presencial é especialmente visível nas consultas de cuidados primários (essencialmente centros de saúde), onde graças a esse mecanismo quase se anulou a quebra acumulada entre janeiro e agosto (foi de apenas 1,5%), registando-se até subidas em alguns meses. Claro que em termos de assistência médica uma consulta à distância não equivale a uma consulta presencial.

CONSULTAS HOSPITALARES CAÍRAM

Número de consultas realizadas em ambiente hospitalares em cada mês de 2019 e 2020

As consultas feitas nos hospitais também se ressentiram com a pandemia. Desde maio que têm vindo a aproximar-se dos níveis de 2019, mas sem os alcançar. A exceção ocorreu em junho.





Estão abertas candidaturas até dia 26 de novembro para projetos financiados no âmbito do Programa Bairros Saudáveis que visem promover iniciativas de saúde, sociais, económicas, ambientais e urbanísticas junto das comunidades locais mais atingidas, suscetíveis ou vulneráveis à pandemia, ou a outros fatores que afetem as condições de saúde e bem-estar.

No âmbito deste programa, são passíveis de financiamento três tipologias e escalões de intervenção:

- Ações ou intervenções pontuais, com apoio máximo até € 5000;
- Serviços à comunidade, com apoio máximo até € 25 000;
- Investimentos/ações integradas, com apoio máximo até € 50 000.



Taxa de incentivo a 100%

Os apoios a conceder no âmbito do Programa Bairros Saudáveis, vão de encontro aos seguintes objetivos específicos:

- Promover iniciativas de desenvolvimento local e de capacitação das comunidades locais, dando apoio material e institucional à auto-organização da população e à sua participação na melhoria das respetivas condições de vida e dos determinantes em saúde;
- Viabilizar intervenções céleres e eficazes que criem comunidades mais resilientes, inclusivas e saudáveis, através da transformação do capital social e humano, da cidadania ativa e do trabalho em rede;
- Promover o desenho e a gestão participados na construção e requalificação de espaços públicos e/ou comuns mais seguros, inclusivos e saudáveis, que valorizem o desenvolvimento humano e a sustentabilidade ambiental;
- Eliminar barreiras ou fatores de discriminação, contribuindo para uma imagem positiva das diferentes comunidades que partilham o espaço local e combatendo informações falsas ou estigmatizantes.

Os destinatários são associações, organizações de moradores, coletividades, organizações não governamentais, IPSS, cooperativas, fundações ou outras entidades que se enquadrem na Lei n.º 30/2013, de 8 de maio, e as fundações que se enquadrem nos regimes especiais de solidariedade social ou de cooperação para o desenvolvimento.

Saiba mais em <https://www.bairrossaudaveis.gov.pt/>.

Webinar: Orçamento de Estado para 2021



CCP
CONFEDERAÇÃO
DO **COMÉRCIO E SERVIÇOS**
PORTUGAL

A CCP (Confederação do Comércio e Serviços de Portugal) está a promover até ao final do ano um ciclo de debates por videoconferência, que visa dar continuidade ao trabalho que tem vindo a ser realizado em torno de um conjunto de temas que consideramos particularmente relevantes para o futuro do nosso país e para os sectores que representamos.

A crise que estamos a viver ao confrontar-nos com novos problemas e desafios impõe que a abordagem que temos vindo a fazer seja revisitada e reajustada, embora sem questionar as grandes linhas estratégicas por nós fixadas.

Assim, após a realização do webinar sobre o financiamento da segurança Social, a CCP vai realizar o segundo destes encontros abordando um tema actual e que consideramos particularmente relevante: Orçamento do Estado para 2021 que terá lugar no próximo dia 10 de Novembro pelas 10h30m.

Pretende-se neste encontro abordar de forma aberta e tão alargada quanto possível, a reflexão sobre a Proposta do Orçamento do Estado para 2021. Para o efeito contamos com a participação de um conjunto de prestigiados economistas, o que nos dá a certeza de que as suas intervenções trarão um contributo muito relevante para a discussão deste tema.

Neste contexto, vimos convidá-lo a participar neste webinar inscrevendo-se em: <https://tinyurl.com/y2awzx28>

Candidaturas Abertas | Pós-Graduação em Economia Social - Cooperativismo, Mutualismo e Solidariedade

O curso de Pós-Graduação em “Economia Social – cooperativismo, mutualismo e solidariedade” é promovido, no quadro da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, pelo respetivo Centro de Estudos Cooperativos e da Economia Social (CECES/FEUC), o qual desde 1981 se ocupa do cooperativismo e que, desde os meados dos anos 90, estendeu o âmbito da sua atividade à economia social no seu todo.

O objetivo desta Pós-Graduação é o estudo das várias áreas da economia social, com destaque para as que têm uma identidade historicamente mais marcada e uma importância social mais nítida, como é o caso das cooperativas, das mutualidades e das instituições particulares de solidariedade social no seu todo. A economia social não é encarada como um objeto isolado. Pelo contrário, são analisadas também algumas das problemáticas que nela se projetam com mais relevância.

As candidaturas decorrem entre o dia 1 de outubro e o dia 15 de novembro de 2020.

Mais informações: <https://tinyurl.com/y6b2oszf>

Associação Mutualista Montepio celebra 180 anos de atividade com campanha de comunicação institucional “180 anos de nascer do Sol”

A Associação Mutualista Montepio, a maior associação portuguesa, comemorou 180 anos de atividade no mês de outubro e assinalou a importante data com uma campanha de comunicação institucional - “180 anos de nascer do sol” – orientada à veiculação de uma mensagem de esperança e resiliência.

A narrativa de comunicação que suporta a campanha retrata o novo dia. O simbolismo do nascer do sol num país que enfrenta dificuldades, nomeadamente resultantes do quadro de pandemia e recessão económica, mas que inicia cada dia de olhos postos num futuro melhor para todos.

O filme aborda os vários sectores da sociedade. Dos agricultores aos artistas, passando por quem dedica o seu tempo a apoiar outros, através do voluntariado, e pelas famílias. Para todos, o dia começa de maneira diferente, mas sempre com renovada ambição e com a certeza que juntos somos ainda mais capazes de construir melhores respostas e soluções.

Fruto da sua história e da intervenção que vem assegurando no país desde 1840, tendo atravessado guerras, crises e pandemias, a Associação Mutualista Montepio reúne e comunica uma experiência que lhe permite afirmar que, mesmo em tempos conturbados, o sol nasce sempre, à semelhança das oportunidades, dos sonhos, dos projetos e dos dias melhores.

Com 600 mil associados e a posição de maior associação portuguesa, a Associação Mutualista Montepio nasceu num Portugal que não dispunha de sistemas de previdência (Segurança Social pública) e orgulha-se da atividade realizada em 180 anos, na disponibilização de respostas na esfera da previdência complementar, poupança e proteção, sempre orientadas às pessoas e às famílias, assim como no contributo que assegura à afirmação da economia social e das suas entidades, da cultura, do desporto...

Assista ao vídeo aqui: https://www.youtube.com/watch?v=X-vD_wkzpgA

PUB

Associação Montepio
**180 ANOS
A PROTEGER
O SEU
FUTURO**

Uma visão que não muda com o tempo.
Torne-se Associado sem mudar de banco.

Montepio Geral Associação Mutualista | IPSS, DGSS n.º 3/81 | NIPC 500 766 681
Sede: Rua Aúrea 219 a 241 | 1100-062 Lisboa

PUB

Associação Montepio
**180 ANOS
A CUIDAR
DOS 8
AOS 80**

Juntos damos mais futuro à proteção social.
Torne-se Associado sem mudar de banco.

Montepio Geral Associação Mutualista | IPSS, DGSS n.º 3/81 | NIPC 500 766 681
Sede: Rua Aúrea 219 a 241 | 1100-062 Lisboa

100
Associação Mutualista
Montepio
Juntos somos futuro

100
Associação Mutualista
Montepio
Juntos somos futuro